

Ata da 05ª Sessão Ordinária, do 4º Período Legislativo, da  
5ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura da Câmara  
Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Feliz Natal os Vereadores: Carlos Adelar Faganello, Cleverson Luiz Anacleto, Crisomar Vieira de Carvalho, Delcio Weber, Flávio André Caldeira, Joaquim Faria de Souza, Marcelo Luiz Ceolin, Salete dos Santos da Silva e Sidônia Kessler. Sob a Presidência do Vereador Cleverson Luiz Anacleto que declarou: “De acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica de nosso Município e sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos”. Em seguida o presidente fez a leitura de um trecho da Bíblia. Na sequência solicitou ao 1º secretário que efetue a leitura das correspondências recebidas desde última sessão. Na sequência o presidente coloca em discussão a ata da sessão anterior e por não haver nem uma observação colocou a mesma em votação, sendo a mesma aprovada por todos. Em seguida o presidente deixou à tribuna a disposição dos vereadores, que no momento fazendo o uso da palavra o vereador Crisomar Vieira de Carvalho, boa noite senhor presidente, senhores vereadores, imprensa, colaboradores da Casa, Eronildes que está presente, sejam bem vindos a esta Casa de Leis, em conversa com o prefeito hoje às dezoito horas em uma reunião, foi cobrado a questão das estradas do Assentamento Ena, principalmente, referente a um aterro próximo a represa, antiga sede do Assentamento, acredito que vários vereadores têm o conhecimento pois chegou a reclamação que a estrada está ficando intrafegável, sendo que a mesma é uma das saída do Assentamento Ena, não estou pedindo que patrole as estradas todas mas sim abra os desaguador, corrija esse aterro para que não venha trazer um prejuízo ainda maior, haja vista é um trajeto do ônibus escolar como também do ônibus de linha que traz o pessoal para a cidade, outro motivo que me traz a tribuna livre hoje é a vinda, para está Casa de Leis, de três projetos dois em regime de urgência, onde chegou na sexta-feira as dezessete horas, haja vista aos demais projetos que o nosso jurídico estava avaliando não houve tempo hábil para que ele viesse dar os pareceres, outra questão é o que está no nosso Regimento que diz o seguinte: O projeto de urgência quando ele vem para a Dispensa de Interstício a comissão ainda tem trinta dias para que o mesmo possa ser votado, mas olhando do ponto de vista e analisando rapidamente o projeto sendo que um projeto é referente a liberação de cento e oitenta e seis mil para a construção da casa dos Índios não veio em regime de urgência, já o Projeto de Lei nº 009/2016 que é referente a alteração da Tabela 1 da planta genérica do nosso município e dá outras providencias, senhores, não há urgência alguma neste projeto para ele vir em regime de urgência, alega-se que é para se alocar no IPTU de dois e dezesseis, se os senhores consultar a Constituição ela diz o seguinte: só pode mexer no valor tributário do município de um ano para o outro, mesmo que seja essa readequação que o executivo trouxe para nós, como em pleno exercício emitindo o talão de IPTU vai mexer nesta

Tabela, mesmo que o projeto tramitasse constitucionalmente só poderia ser cobrado à partir de dois e dezessete, entendo a preocupação do Executivo Municipal para aumentar a arrecadação do município em tempos de crise, mas não há urgência para a Comissão dispensar o Interstício regimental deste projeto, bem como também o Projeto nº 010/2016 onde institui o programa habitacional, o município dispõe de uma área num determinado loteamento e está doando esta área, é um projeto bonito, louvável, mas ele precisa ser analisado por esta Casa de Leis, pergunto aos senhores, de sexta para segunda como nós analisaríamos estes projetos, os senhores sabem qual será a faixa de servidores que seriam beneficiados? Será cedido o terreno, mas qual é o valor desta construção? Como ele será sorteado aos demais servidores, Feliz Natal dispõe hoje de aproximadamente setecentos servidores e área praticamente não dará setecentas casas, é um financiamento pela Caixa Econômica Federal, ou seja, eu nunca vi ser cortado recursos de financiamento para se ter essa pressa, não existe um determinado período de fazer o financiamento, não, a Caixa é um banco federal assim como o Banco do Brasil, se a pessoa entrou dentro dos critérios que ela exige e apresentar as documentações será liberado o recurso, sendo também desnecessário o pedido de urgência, nós vereadores vamos ter o que olhar o seguinte: as duas quadras estão destinadas a aparelhamento estatal são bens públicos de bem comum, ou seja, é para servir a comunidade, fazer creches, escolas, unidades de saúde, entre outras, o prefeito precisa desafeta-las, ou seja, falar que ele não quer mais essa área para esses fins posteriormente transformá-la em bem público de uso especial pois ele vai doar para um conjunto habitacional, mandar para esta Casa de Leis, uma lei desafetando a área sendo uma lei específica, somente depois disso ele poderia encaminhar tal projeto para nós, digo mas ainda, diferentemente dos municípios de Sinop, Santa Carmen que já foi doada à área com essa finalidade, ao departamento jurídico da prefeitura vejo falta um cuidado, precisa se debruçar um pouco mais na moderna doutrina no direito, direito administrativo, tributário e principalmente constitucional, afim de evitar garfes como essas de manda um projeto de regime de urgência sendo que não tem urgência nenhuma, o município não irá perder recursos não é um dinheiro que está previsto, se não tiver a lei vai retornar, como essas que foram encaminhados a esse Poder colocando a administração municipal, ao meu ver, em situação vexatória, eu sou direto, se é um projeto que vai perder recurso, que tem risco de vida esta Casa nunca negou de votar com urgência, mas estes dois projetos têm mais, de certa forma, punho político essa é a minha visão, logico que eu preciso do parecer jurídico da comissão da Câmara Municipal, mas essa pressa toda ela tem mais punho político, se eu for entrar em detalhes, o meu tempo está se esgotando, eu vou achar uma brecha na nova reforma política do que pode ser lançado antes do período ou depois, não vou entrar neste mérito, a única coisa que eu peço, ao líder do prefeito, é que converse quando vir um projeto de urgência para esta Casa de Leis que ele venha realmente com a necessidade estampada nele. Com a palavra o vereador Carlos Adelar Faganello, boa noite presidente, vereadores, vereadoras, público presente,

funcionários da Casa e ouvintes da Rádio, gostaria de externar a minha decepção como brasileiro a situação que vive o nosso país hoje, às vezes dá vergonha de dizer, quando se é perguntado se fazemos parte de alguma classe social, e dissermos que fazemos parte da classe política, o que nós estamos assistindo em nosso país chega a ser vexatório e não vou separar partido A ou partido B a situação do nosso país hoje é vergonhosa ficar chamando o povo para a rua, povo que tem que trabalhar oito, nove, dez horas por dia e na hora do almoço tem que ficar fazendo panelada na rua para defender partidos isso é falta de moral dos políticos há de se cobrar dos políticos brasileiros, hoje, um decisão e o que o Congresso Nacional está fazendo em nosso país, nada, quinhentos e pouco pessoas lá para ficar fazendo o que o ano inteiro, acredito que se eles fizessem menos emenda, que todo mundo gosta de fazer emenda na tal constituinte brasileira e já não tem mais lugar para se fazer emenda num sistema jurídico que ninguém entende, se nossos deputados, nossos senadores, viessem nas bases ver o que o povo está passando seria um pouco diferente, a máquina pública brasileira está falida ela é um peso insuportável para nossa nação, não se tem mais como cobrar imposto nós vivemos em um país que tem uma carga tributária em certas áreas de até quarenta e três por cento, não se tem mais como trabalhar, não adianta nós colocarmos um cargo tributaria de cinquenta por cento se o povo não pode pagar, nós vivemos na Roma Antiga, cadê a responsabilidade das pessoas que foram eleitas para estudarem as leis e organizar nosso país, tem que começar cortar por eles diminuir os gabinetes, diminuir o salário, diminuir as verbas, tem que começar cortar pela própria carne senão nós não vamos ter jeito nunca, as empresas estão fechando o desemprego está aumento não se tem mais como pagar tanto imposto, sem falar na corrupção o que é roubado do nosso país é o orçamento da educação do nosso país, é o orçamento da saúde e no entanto vemos pessoas morrendo nos leitos dos hospitais, se o povo quisesse fazer alguma coisa, o povo tem feito a parte deles, tem feito os movimentos mas parece que os políticos estão surdos os nosso deputados estão surdos eles não estão escutando o clamor do povo o que o povo quer é uma resposta decente não esse joguete pra lá e pra cá, que o judiciário julgue e pune quem tem que ser punido, corrupção tem que mudar a Constituição onde que passa corrupção como crime hediondo porque é muito fácil, se nós compararmos um bandido te assaltando é menos crime que a corrupção pois neste crime só estão assaltando um pessoa já a corrupção não ela tira de todas as pessoas necessitadas, nós estamos próximos a uma eleição municipal e daqui a pouco nós temos mais um eleição para deputados e senadores, temos que fazer política mas muitas vezes dá vergonha porque os nossos representantes não fazem nada e pelo andar da carruagem o que nós percebemos que se o Ministério Público ou a Justiça Federal for ao fundo mesmo não sei se sobra alguém lá e o povo tem que aguentar calado, minha indignação hoje é a respeito de ver as famílias brasileiras vendo a sua renda caindo cada vez mais, o desemprego batendo a sua porta, falta de saúde, falta de educação, falta de transporte o que esse povo faz, vai saber se lá em Brasília depois das sessões, das brigas dele e não

saem e tomam cervejas e fazem festas juntos mas é de se indignar onde que nosso país vai chegar é revoltante. Com a palavra o vereador Joaquim Faria de Souza, boa noite senhor presidente, nobres companheiros vereadores, vereadoras, pessoal da assistência desta Casa, pessoal da imprensa, vocês que vieram aqui hoje meu boa noite, e ao pessoal que está nos ouvindo em casa pela Rádio, quero agradecer a Deus pela a oportunidade de estar fazendo o meu trabalho e externar minhas palavras por dois motivos: primeiro quer agradecer o pessoal da saúde que está fazendo um bom trabalho no nosso município agradeço muito a Deus pela saúde que temos em nosso município, a van foi para Cuiabá essa semana com mais vinte e sete paciente fazer consultar e exames, outra coisa muito importante você que está me ouvindo em casa, são vários exames que nós aqui do município no laboratório e o SUS não cobre que as vezes o município paga para fazer no outro laboratório então isso é muito importante só vai reconhecer isso a pessoa que foi beneficiada, chegou lá e a secretaria carimbou e mandou fazer no Laboratório Luz a qual ganhou a licitação, esse é um trabalho muito bem feito, muitas vezes eu não preciso, você não precisa mas muitas pessoas carente precisam e quando chegam no laboratório e é passado que certo exames o SUS não cobre, eu não vou falar valores quanto foi gasto porque existe licitações e não pode mas são uns valores muitos habitantes que a prefeitura paga sempre para poder fazer isso ai, outra coisa que está me preocupando é sobre o consórcio da saúde, eu sei que está em tramitação, mas está atrasado, está lento porque muitas coisas aqui que o município faz como exames e outras coisas e chega lá precisa e vai perder esses exames, eu tenho um pedido médico de exame para fazer e estou esperando só fazer a parte cardiologia para depois fazer esse exame porque senão vai perder e vai gastar o material do município, em Sinop o governo passou o hospital de lá para uma administração social, S.O.S, inclusive até o telefone de lá está cortado não está tendo vínculo com os município, os pedidos de cirurgias que têm, muitos eu acho que já foram até cancelados pois ainda estão em licitação e não estava acontecendo isso, estava andando bem, Carlão, estava indo tão bem e depois desse negócio de montar o consórcio até agora nada, os exames pré-operatórios foram todos suspenso, semana passada tinha um pessoal nosso para ir até Sinop fazer esses exames para marcar a operação de um dia para outro vocês não podem vir mais foi cancelado, não tem cardiologista, o município nosso está indo tão bem na saúde porque eu falo isso porque eu vejo outro município passando tanta dificuldade na saúde, Sinop mesmo, se você visitar um posto de saúde em Sinop, você agradece a Deus por morar em Feliz Natal, aqui com quarenta minutos você é atendido, ar condicionador e ventilador ligados, água gelada para beber lá fora tem lugar que nem isso tem e é setenta pessoas para um ou dois médicos atender, muitas vezes eu vejo as pessoas perder a paciência, dizendo que está demorando, não está demorando isso é porque você ainda não passou por uma necessidade para você valorizar o que você tem dentro do seu município quando você passa uma dificuldade lá fora você chega a dizer que saudade de Feliz Natal, porque graça a Deus aqui tem vereador que é humano quando

alguma coisa acontece você liga pra seu vereador que é amigo corre atrás, o pessoal da saúde nunca mede esforços para ir buscar, então tem muitas coisas boas que a gente não valoriza, vamos agradecer a Deus por morar em Feliz Natal quero pedir a Deus que o Pedro Taques agilize o mais rápido possível esse consórcio para que volte a funcionar o hospital de Sorriso e de Sinop em prol dos municípios Vera, Santa Carmen, Feliz Natal, para que possamos fazer a cirurgia do nosso povo é muito importante, nós temos os nossos deputados, nossos conhecidos de Cuiabá e não custa nada entrarmos em contato para eles darem uma cobradas na Assembleia Legislativa para cutucar o governo, o pessoal está sentido dificuldade nos hospitais da região. Com a palavra o vereador Delcio Weber, boa noite presidente, vereadores, vereadoras, público presente pessoal que está nos ouvindo em Casa pela Rádio 104,9, meu boa noite, esta questão política que o Brasil está vivendo hoje não seria uma questão de roubo porque infelizmente alguns políticos até mesmo próximos de nós quando vamos ver o cara está envolvido com corrupção, é Lava Jato, é dinheiro que ganhou para a campanha é muito complicado esta questão gostaríamos de ter mais o apoio deles mas infelizmente eles viram as costas para nós, tenho um exemplo e não tem vergonha de falar é o secretário de agricultura foi em busca de um recurso prometido pela Deputado Janaina Riva, chegando lá infelizmente não tem mais o recurso, este que seria utilizado na farinheira para adequação do prédio da farinheira que os pequenos agricultores estão precisando muito, infelizmente, foi a deputada que eu trabalhei e coordenei a campanha dela aqui em Feliz Natal, agora desse jeito na próxima eu serei obrigado a passar para outro lado por assim não tem condições, infelizmente todos os vereadores aqui já passaram por isso, seus próprios deputados a qual ajudaram muitas das vezes prometem e não ajudam, gostaríamos de pedir aos políticos, claro que nenhum deles estão nos ouvindo, que ajudassem mais os municípios porque hoje, não só em Feliz Natal, mas os municípios estão fazendo milagres com o pouco dinheiro que vem destinado do governo federal e do governo estadual, é muito difícil trabalhar hoje com o pouco recurso que está vindo, a questão dos projetos eu não vou falar sobre eles agora, até porque são projetos importantes, o prefeito colocou a situação dele do porquê seria um projeto de urgência mas assim na medida que eles passa pela votação irei me pronunciar a respeito deles, peço ao presidente que enviasse um ofício ao prefeito de Vera que faz parte da comissão do Consórcio Teles Pires, pedindo explicações desse novo modelo de consórcio que eles iam passar, já que ele é a pessoa mais próxima de nós e talvez ela pode nos dar essas explicações, ver se ainda está no papel, se já está em andamento assim teremos um posição para passar para a população muitas vezes, tem pessoas que estão precisando de cirurgias a anos e nós não sabemos nem o que falar, a parte do município o mesmo faz, mas infelizmente quando é levado a Sorriso no Hospital Regional fica parado, tem amigo meu lá internado esperando um cirurgia no joelho já faz mais de uma semana e infelizmente não fazem, aparecem emergências e o hospital atende as emergências e até as pessoas que já estão lá não consegue a cirurgia por causa das

emergências, por isso peço ao presidente que envie o ofício pedindo explicações sobre isso, muito obrigado. Com a palavra o presidente Cleverson Luiz Anacleto, hoje se comemora o dia internacional contra a discriminação racial e também o dia mundial da Síndrome de Dal, quero esclarecer ao vereador Vieira o qual me pediu para que se fosse feito o requerimento para a audiência pública a respeito do SIM, peço aos nobres vereadores que me passem uma data para já ser incluso no requerimento da audiência para que nós possamos dar andamento, temos que ver toda essa viabilidade do Assentamento, do ônibus, logística que são o pessoal que vem nos cobrando, no momento, vereador Delcio, me veio uma ideia e vou conversar com o prefeito Nilson Vigolo, que é o vice-presidente do conselho, para ver se tem como ele vir passar algumas explicações em tribuna, sabemos também do trabalho dele, vou pedir se possível, senão pedirei que ele nos envie um ofício explicando como anda o Consórcio Teles Pires a respeito da saúde pública nossa. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra passamos à ordem do dia. Solicito ao 1º secretário que informe o quórum presente, informando o mesmo que estavam presente nove vereadores. Solicito ao 1º secretário que efetue a leitura do Projeto de Lei nº 001/2016, Dispõe sobre a correção dos valores dos incisos I e II da Lei Federal nº 8.666/93, pelo índice do IGP-M, com Fundamento no art. 120 da Lei Federal nº 8.666/93 e de acordo com a Resolução de Consulta do TCE/MT nº 17/2014-TP, e dá outras providências. Na sequência o presidente solicita ao 1º secretário que efetue a leitura da Ata da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento, sendo que seu parecer foi desfavorável, com base no Parecer Jurídico nº 002/2016 emitido no dia 03 de março do corrente ano pelo Procurador Legislativo da Câmara Municipal, sendo dois votos contra dos vereadores Crisomar Vieira de Carvalho, Carlos Adelar Faganello e um voto a favor do vereador Delcio Weber. Em seguida o presidente convidou o relator ou membro da comissão para esclarecer o parecer deste referido projeto conforme o art. 30 no inciso 43 do Regimento Interno que no momento fazendo uso da palavra o vereador Crisomar Vieira de Carvalho, senhor presidente, senhores vereadores, este projeto está mexendo na Lei nº 8666 que é a lei de responsabilidade fiscal, lei da licitação, o Poder Executivo através de um parecer do TCE-MT ele alterou um valor que era de oito mil, só pra frisar, a carta convite está aumentando para o valor de seiscentos e vinte e cinco mil cento e setenta e nove reais e doze centavos, para ficar mais claro, o valor que dispensa licitação era oito mil, o executivo traz proposta pelo índice do IGP-M onde a lei subiria para de trinta e três mil trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos isso para compra comum, para construção ela estava a quinze mil e passou para sessenta e dois mil quinhentos e dezessete reais e noventa e um centavos, lembrando que a lei nº 8666 ela foi criada no ano de noventa e três e no ano de noventa e oito ele sofre atualização, este projeto é inconstitucional pois fere a Constituição Federal art. 120 que essa alteração é exclusiva do poder do Executivo Federal, os municípios que fizeram isso, por exemplo Campo Verde que fez esta lei alterou e o promotor da cidade a partir do momento da lei

aprovada ele entrou com ação, ou seja, o executivo passa a responder por improbidade administrativa porque o TCE não tem poder de mexer nesta lei, o parecer dele é como as contas do executivo municipal é apenas um norte para que as Câmaras terem uma noção e esse parecer do TCE não tem poder para tal mudança, tem de ser do executivo federal, em seguida o mesmo leu o Parecer Jurídico nº 002/2016, eu li este parecer apenas para que amanhã ou depois não sai conversa que vereadores não aprovaram a lei, ela é inconstitucional por fere a Constituição Federal, muito obrigado. Com a palavra o vereador Delcio Weber, já que é uma lei que é contra a Constituição Federal nós torceríamos que os deputados e o Congresso Nacional mudassem esses valores porque os municípios sofrem muito, este valor que é feito hoje a licitação chega até oito mil reais, na verdade nem oito mil, sete mil novecentos e noventa aproximadamente, não pode passar de oito mil reais, temos caso de licitação feita nos municípios não só aqui mas em todo o Brasil de pessoas que vêm aqui abre a empresa ganha licitação e depois não entrega a mercadoria e o município depende daquela peça, do medicamento, da mercadoria que essa empresa tem que entregar e o município é obrigado a fazer o cancelamento da licitação, depois vem o processo licitatório novamente isso é burocrático tem prazo quem perde muitas das vezes é o município pela demora dessas empresas que não cumprem o que determinada na licitação, infelizmente, as vezes o município é obrigado deixar as maquinas ou ambulâncias paradas por falta de peças ou um medicamento que atrasa por problema de licitação, deveria ser mudado esta lei para fazer um parâmetro igual a todos os municípios ora vinte mil ora trinta mil desde que aumente um pouco este valor, até porque quem vai ganhar é o comercio local pois hoje você pode comprar numa empresa até oito mil reais sem licitação então abrimos uma licitação e quem ganha é uma empresa de fora e de onde vem o problema que muitas vezes a empresa não cumpre com os compromissos delas, então aumentaria as vendas no comércio local mas, infelizmente, segundo o vereador e os pareceres é inconstitucional, é uma pena pois quem ganharia muito seria o comércio de Feliz Natal e de outros municípios do Brasil, então peço ao senhor presidente, se puder retirar este projeto da pauta, para que possamos aguarda também dos outros municípios que já têm essa lei, tenham uma resposta do que vai acontecer com isso, eles vão ter que revogar a lei ou alguma coisa será feita, peço que seja retido de pauta até que saia a decisão dos quarentas municípios que já aplicaram essa lei. Em seguida o presidente informou que segundo o Regime Interno no art. 49 e § 2º onde diz que o parecer da Comissão contrário impede a tramitação do projeto, portanto o Projeto de Lei nº 001/2016, fica suspenso até que se tem a determinação da justiça no caso que está sendo julgado em Campo Verde para evitar consequências. Solicito ao 1º secretário que efetue a leitura do Projeto de Lei nº 005/2015, Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar recursos financeiros, mediante contrato de rateio para o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social, Ambiental, Turístico e Cultural Alto Teles Pires – CIDESA, e dá outras providências. Na sequência o presidente solicita

ao 1º secretário que efetue a leitura da Ata da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento, sendo que a mesma emitiu seu parecer favorável. Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 005/2016, que no momento fazendo uso da palavra o vereador Carlos Adelar Faganello, este projeto visa melhorar muito a acesso a licença ambientais de pequeno impacto, eu já participei de uma reunião da CIDESA, se não em engano em dois mil e doze, na teoria é muito bonita e esperamos que ela funcione porque desde a criação de tanque para criação de peixes das pequenas propriedade a CIDESA estará amparada para está emitindo a licença, se ela funcionar mesmo será de grande valia para o município e principalmente para as pequenas propriedades e os pequenos empreendimentos, vejo com bons olhos este projeto e gostaria de pedir o apoio dos vereadores para a aprovação do projeto. Com a palavra o vereador Crisomar Vieira de Carvalho, gostaria apenas de complementar a fala do vereador Carlos, em dois mil e quinze eu o vereador André, o vereador Anacleto e a vereadora Salete, estivemos na AMM e já era discutido a implantação deste consórcio que também ele vai de encontro com a questão do SIM e Sistema de Inspeção Estadual, então eles já estão se adiantando, haja vista, que ele vai ser constituído por um advogado, biólogo, engenheiro sanitário e o agrônomo, então os municípios, em tese, teriam que contratar estes profissionais para que tivesse a inspeção municipal dentro do município, com o consórcio vai ser demarcado as vistorias, de repente Feliz Natal dia dois, Santa Rita, dia quinze, isso vai viabilizar e baratear custos, nós vamos ter quatro profissionais por um valor de mil e oitocentos reais é um projeto de que viável para o nosso município e aos dez municípios que faram parte deste consórcio municipal, peço o apoio dos vereadores para a aprovação da matéria. Coloco em primeira votação o Projeto de Lei nº 005/2016, sendo o mesmo aprovado por todos. Solicito ao 1º secretário que efetue a leitura do Projeto de Lei nº 006/2016, Autoriza o Poder Executivo Municipal Firmar convênio com a Fundação Livre para Viver – FUNVIDA, e dá outras providências. Na sequencia o presidente solicito ao 1º secretário que efetue a leitura da Ata da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento, sendo que a mesma emitiu parecer favorável. Em seguida o presidente coloca em discussão o Projeto de Lei nº 006/2016, que no momento fazendo uso da palavra o vereador Delcio Weber, este projeto vai firmar convênio com a fundação FUNVIDA, antiga Ebenezer em Sinop, ela é para destinar recursos para pessoas que são dependentes químicos e alcoólicos e depende de um Centro de Recuperação com este, nós sabemos que aqui em Feliz Natal como em todos os municípios do Brasil têm casos de drogados e alcoólicos e seria muito importante firmar este convênio, peço até o apoio dos nobres vereadores para aprovação para que possamos encaminhar algumas pessoas para essa entidade temos duas vagas, com certeza precisaria de muito mais vagas porque são muitos os casos, então peço a apoio dos vereadores para que o município venha firmar convênio com a fundação FUNVIDA. Em seguida o presidente oloca em primeira votação o Projeto de Lei nº 006/2016, sendo o mesmo aprovado por todos. Solicito ao 1º secretário que efetue a leitura do Projeto de Lei

nº 007/2016, Autoriza o Poder Executivo Municipal firmar termo de convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde de Região do Teles Pires, e dá outras providências. Na sequência o presidente solicita ao 1º secretário que efetue a leitura da Ata da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento, sendo que a mesma emitiu seu parecer favorável. Em seguida o presidente coloca em discussão o Projeto de Lei nº 007/2016, que no momento fazendo uso da palavra o vereador Crisomar Vieira de Carvalho, este projeto está rateando o valor quatrocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e dezessete reais e setenta e dois centavos fechando o antigo consórcio, ou seja, sobrou um déficit para pagar, no caso, os funcionários no antigo consórcio que está sendo fechado, onde já está funcionando no papel o novo consórcio, são quinze municípios do norte do Mato Grosso que formam o Consórcio Teles Pires, tem municípios que ficaram com o percentual mais baixo mas, é de acordo com número de consultas que eles aderem, que eles comprem do referido consórcio, então tem municípios que vai pagar três mil, Feliz Natal vai pagar vinte e dois mil e Sorriso vai pagar cento e dois mil pois existe essa diferença do percentual, peço o apoio dos nobres vereadores, não sei se todos vereadores receberam mas, junto ao projeto de lei veio uma ata da reunião do Conselho Diretor do Consórcio e infelizmente ao lê-la não vi a presença do prefeito nem da secretária de saúde nesta reunião onde foram decidido esses valores, mas olhando pelo o parecer jurídico é possível e foi dado o parecer favorável pela comissão, então peço o apoio dos nobres vereadores desta Casa de Leis. Coloco em primeira votação o Projeto de Lei nº 007/2016, sendo o mesmo aprovado por todos. Em seguida o presidente retirou de pauta a Proposta de Emenda Legislativa nº 001/2016 a pedido dos vereadores. E por não haver mais nada constar encerro a presente sessão e uma boa noite a todos. E eu lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais vereadores.